



## **UNIVERSIDADE E COMUNIDADE NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA: DESNATURALIZANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE PRODUZEM SOFRIMENTO**

Aline Frollini Lunardelli (Universidade Estadual de Maringá)  
Ana Clara Goldoni de Medeiros (Universidade Estadual de Maringá)  
Ana Heloisa Beltram de Oliveira (Universidade Estadual de Maringá)  
Ana Paula Sanches Rosolen (Universidade Estadual de Maringá)  
Emanuelle dos Santos Batista (Universidade Estadual de Maringá)  
Gustavo Henrique Celestino dos Santos (Universidade Estadual de Maringá)  
Isabela Bim Cechella (Universidade Estadual de Maringá)  
aflunardelli@uem.br

### **Resumo:**

O projeto de extensão *Por uma educação não violenta: desmedicalizando os processos educativos* busca a promoção de práticas educacionais que se distanciam de modelos normativos e medicalizantes, visando a desconstrução de concepções violentas de educação. Estudos que relacionam a psicologia e a educação, sob perspectiva crítica, fundamentam as intervenções realizadas em uma escola pública de educação básica, com crianças, professoras, equipe pedagógica e famílias. Os resultados apontam para uma valorização das potencialidades dos envolvidos por meio da promoção de uma educação que não restrinja ou rotule crianças em processo de aprendizagem. Portanto, o projeto permite a criação de espaços de discussão que criticam condutas patologizantes e medicalizantes da infância, visando o resgate da autonomia de crianças que sofrem com a violência estabelecida nas escolas.

**Palavras-chave:** Educação não violenta; Desmedicalização; Infância.

### **1. Introdução**

O projeto de extensão *Por uma educação não violenta: desmedicalizando os processos educativos* existe desde 2022 e está vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O grupo, composto por estudantes dos cursos de psicologia e de pedagogia da UEM, realiza intervenções em uma escola pública de ensino



fundamental na cidade de Maringá-PR, com alunos(as), professores(as) e famílias. Com base na crítica às relações tradicionais que se estabelecem entre educação, saúde e psicologia, visamos promover a construção de uma concepção não violenta de educação, formando profissionais para uma atuação crítica com os “problemas de aprendizagem” nos espaços escolares. Além disso, objetivamos oferecer suporte à equipe pedagógica, aos docentes e às famílias, criando espaços de diálogo e reflexão sobre práticas educativas não violentas.

Nesse sentido, a vinculação entre a pesquisa, o ensino e a extensão é fundamental. Por isso, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Psicologia (GEPEP-UEM) está intimamente ligado às nossas ações por ser um espaço de aprofundamento teórico sobre a atuação de psicólogos e docentes nos ambientes educativos. Essa parceria ajuda a compreender que a escola, embora criada para a promoção do desenvolvimento infantil e proteção dos direitos das crianças, é também capaz de produzir violência, opressão, preconceito e patologização.

Na atualidade, observa-se uma epidemia de diagnósticos que medicaliza a vida, de modo que tudo que não se encaixa nos rígidos padrões de “normalidade” da sociedade é convertido em doenças a serem tratadas (MOYSÉS; COLLARES, 2020). Assim, ao ocultar problemas de ordem coletiva, social e política, os processos patologizantes constituem novas formas de violência, em especial, contra crianças e adolescentes em idade escolar. Nesse ambiente, ocorre frequentemente a prática de encaminhamentos de crianças para avaliações médicas e psicológicas, quando seus comportamentos não correspondem ao esperado pela escola. De forma geral, os profissionais que conferem laudos presumem de antemão que as crianças possuem algum transtorno, sendo necessário apenas verificar qual é. À vista desse cenário medicalizante, Moysés e Collares (2020, p. 43) consideram que “[...] classificar crianças e adolescentes por meio de observações que os reduzem a ‘casos’, geralmente perdidos, intratáveis, é um ato que lhes subtrai a condição de sujeitos e avaliza, cientificamente, o bloqueio que lhes é imposto ao acesso ao futuro”.

O projeto também parte da concepção de que o diagnóstico imposto é uma forma de violar os direitos da criança quando ela passa a ser vista apenas pelo que é esperado de seu rótulo, e não por quem é, ou seja, um olhar limitador que retira sua liberdade (SOUZA; VIÉGAS, 2023). Como consequência, de acordo com as autoras, é possível que a escola se torne um local de reprodução dessa violência, gerando sofrimento, estigmatização e exclusão. Este projeto de extensão se posiciona contra as perspectivas biologizantes e individualizantes



acerca dos processos educativos, visando distanciar-se de ações discriminatórias, classificatórias, normativas, adaptativas, medicalizantes e violentas. Buscamos resgatar autoestima e desenvolver autonomia junto às crianças.

Nossas atuações possibilitam ter um contato mais direto com a comunidade e promover mudanças de pensamento acerca das causas do “fracasso escolar”, sensibilizando as famílias, as crianças e as próprias professoras sobre a necessidade de se discutir formas de ensinar e aprender (FACCI; SILVA; RIBEIRO, 2012). Conforme as autoras, desse modo, desenvolvemos uma formação crítica dos profissionais da saúde e da educação, pois, historicamente, contribuíram muito para a constituição da medicalização e de visões neoliberais com justificativas pseudocientíficas.

## **2. Metodologia**

O projeto é desenvolvido por alunos dos cursos de Psicologia e Pedagogia da UEM em um colégio público em Maringá-PR, envolvendo diferentes ações. Dentre elas, a observação participante semanal em duas turmas do segundo e uma do terceiro ano do Ensino Fundamental I, atendendo diretamente cerca de 75 crianças, 3 professoras regentes, estagiários e equipe pedagógica. As intervenções realizadas com as turmas são planejadas coletivamente com as professoras regentes. Ademais, acontecem rodas de conversas mensais com as famílias dos alunos aberta a todas as turmas do Ensino Fundamental I, atingindo indiretamente 300 crianças e suas famílias, para debater temáticas relativas à educação sem violência, como bullying, racismo, autoestima, uso de telas, desenvolvimento infantil e medicalização. Atualmente, cerca de 40 famílias participam ativamente das rodas de conversa, em constante aumento do engajamento, ao estabelecer compromissos com a realidade em que estão inseridos. Simultaneamente a essas rodas, são realizadas atividades lúdicas com as crianças envolvendo a mesma temática debatida com os adultos. O projeto mantém, ainda, o diálogo com a comunidade por meio de seu perfil no Instagram (@edua.uem). Semanalmente, são feitas publicações na rede social visando o compartilhamento de conteúdos sobre medicalização da infância e educação não violenta, de forma acessível, além de indicações de livros infantis que contribuem para a discussão de temáticas como educação sexual, educação antirracista, autoestima, desenvolvimento infantil, preconceito, bullying, emoções. O Clubinho do Livro, que é destaque no perfil do projeto no Instagram, também se concretiza como um programa semanal na rádio UEM FM.



### 3. Resultados e Discussão

O primeiro resultado obtido pelo projeto é sua manutenção na mesma escola há dois anos, o que denota a parceria entre a instituição e a universidade, além dos avanços já alcançados. Com isso em vista, desde o início do ano letivo, a partir da indicação da equipe pedagógica, as ações diretas em sala de aula ocorrem com duas turmas do segundo e uma turma do terceiro ano do ensino fundamental. Foi realizada reunião com as professoras das respectivas turmas para levantar as principais demandas, que, segundo elas, diziam respeito, dentre outras questões, à indisciplina, falta de atenção, dificuldade de comunicação, resistência à autoridade e problemas de aprendizagem.

Para conhecer melhor as demandas, a dinâmica da sala de aula e as relações entre crianças e professoras, são realizadas semanalmente observações participantes em cada turma, o que permite a conquista de maior proximidade e a criação de vínculos. Além disso, é possível reconstruir as queixas junto às pessoas envolvidas, possibilitando discussões mais críticas sobre as tradicionais explicações para os chamados “problemas de aprendizagem”.

Partindo da necessidade de construção coletiva de uma educação sem violência, são realizadas rodas de conversa com as famílias. Em 2024 as temáticas já abordadas foram: “Uso excessivo de telas na infância”, “Autoestima e Desenvolvimento Infantil”, “Bullying, infância e educação” e “Sofrimento infantil nas relações escolares e familiares”. A escolha dos temas é baseada nas atividades desenvolvidas em sala de aula com as crianças e nos diálogos com a turma e professoras. O racismo tem sido assunto recorrente, seja como queixa das famílias durante os encontros, seja em relatos de professoras ou até das próprias crianças que manifestam seu sofrimento. Além das intervenções realizadas na escola, o projeto leva debates sobre educação sem violência a eventos de extensão como a “50ª Expoingá 2024”, a segunda edição da “Arena Sustentável Maringá” e a “XI Feira Literária Internacional de Maringá - FLIM”.

Ademais, o projeto tem vários trabalhos apresentados em eventos científicos, como XVI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 6º Encontro Anual de Extensão Universitária, 41º e 42º Seminário de Extensão da Região Sul, XXIV Semana de Pedagogia da UEM e III Congresso Nacional da Primeira Infância.

Destaca-se, principalmente, o evento criado e organizado pelo projeto, “I Simpósio de Educação Não Violenta” (I SENV), que teve como tema “Medicalização da infância e outras



formas de violência: contribuições da psicologia e da educação”, realizado nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2024. O simpósio contou com a participação de cerca de 200 pessoas e seu público-alvo foram estudantes de diferentes cursos de graduação, especialmente psicologia e pedagogia, além de professores da educação básica.

#### 4. Considerações

Levando em consideração o tradicional cenário de práticas normativas, medicalizantes e violentas que se estabelecem nas escolas, e entendendo que a rotulação de pessoas, especialmente crianças, limita as possibilidades de expressões humanas, o projeto fundamenta-se na contrapartida das condutas patologizantes, principalmente no que diz respeito a diagnósticos de transtornos e distúrbios de aprendizagem. Por meio da atuação direta em escola de educação básica, propõe-se a formação de novos espaços de discussão que reconheçam as potencialidades da infância, problematizam a individualização e rompam com modelos educativos violentos. A principal finalidade do projeto se encontra no desenvolvimento de crianças, e também professoras, afetadas por diversos tipos de violência, visando sua autonomia e protagonismo nos processos de escolarização.

#### Referências

- FACCI, M. G. D.; SILVA, S. M. C. da; RIBEIRO, M. J. L. Medicalização na escola e fracasso escolar: novamente a culpa é do aluno? *In*: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (org.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 157-186.
- MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: a patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], v. 57, n. 3, p. 31-44, dez. 2020.
- SOUZA, S. V. de; VIÉGAS, L. de S. Medicalização e violação de direitos: uma cartografia sobre as diferenças nas infâncias. **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 381-398, set./dez. 2023.